

# Diário Oficial



# Estado de Pernambuco

Ano LXXXIX • Nº 38

Poder Executivo

Recife, terça-feira, 28 de fevereiro de 2012

## SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DO ESTADO DE PERNAMBUCO

### PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE GESTÃO 001/2008

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE GESTÃO, QUE ENTRE SI CELEBRAM, O ESTADO DE PERNAMBUCO, ATRAVÉS DA SECRETARIA DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA, E COM A INTERVENIÊNCIA DAS SECRETARIAS DE EDUCAÇÃO, ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA, E DA AGÊNCIA REGULADORA DOS SERVIÇOS PÚBLICOS DELEGADOS DO ESTADO DE PERNAMBUCO - ARPE, E DA PERNAMBUCO PARTICIPAÇÕES E INVESTIMENTOS - PERPART S/A, E, DO OUTRO LADO, O CENTRO DE ABASTECIMENTO ALIMENTAR DE PERNAMBUCO - CEASA-PEIOS., NA FORMA ABAIXO ADUZIDA.

O ESTADO DE PERNAMBUCO, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 10.572.014/0001-33, através da SECRETARIA DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA, com sede na Avenida Caxangá, nº 2.200, Cordeiro, Recife-PE, inscrita no CNPJ/ME, sob o nº 10.572.055/0001-20, neste ato representada por seu titular, ÂNGELO RAFAEL FERREIRA DOS SANTOS, brasileiro, casado, inscrito no CPF/MF sob o nº 051.623.274-68, residente e domiciliado nesta cidade, doravante denominada SARA, e com a interveniência, dos seguintes Órgãos: SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, inscrita no CNPJ/MF nº 10.572.071/0001-12, neste ato representada por seu titular, DANILO JORGE DE BARROS CABRAL, brasileiro, casado, advogado, inscrito no CPF/MF nº 509.063.914-34, residente e domiciliado nesta cidade, doravante denominada SEE, e da SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 10.572.022/0001-80, neste ato representada por seu titular, PAULO HENRIQUE SARAIVA CÂMARA, brasileiro, casado, servidor público estadual, inscrito no CPF/MF nº 783.927.054-91, residente e domiciliado nesta cidade, doravante simplesmente denominada de SAD, da SECRETARIA DA FAZENDA, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 10.572.014/0001-33, neste ato representada por seu titular, DJALMO DE OLIVEIRA LEÃO, brasileiro, casado, bacharel em ciências contábeis e economista, inscrito no CPF/MF sob o nº 018.729.314-72, residente e domiciliado nesta cidade.

denominada simplesmente SEFAZ, da AGÊNCIA REGULADORA DOS SERVIÇOS PÚBLICOS DELEGADOS DO ESTADO DE PERNAMBUCO, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 03.906.407/0001-70, neste ato representada por seu Diretor Presidente, RANILSON BRANDÃO RAMOS, brasileiro, casado, economista, inscrito no CPF/MF sob o nº 153.823.381-91, residente nesta cidade, doravante simplesmente denominada ARPE, e da PERNAMBUCO PARTICIPAÇÕES E INVESTIMENTOS S/A, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 02.534.914/0001-68, neste ato representada por seu Diretor Presidente, SEBASTIÃO PEREIRA LIMA FILHO, brasileiro, casado, engenheiro civil, inscrito no CPF/MF sob o nº 043.314.354-15, residente nesta cidade, doravante simplesmente denominada PERPART, e do outro lado o CENTRO DE ABASTECIMENTO ALIMENTAR DE PERNAMBUCO - CEASA-PE, sociedade civil de direito privado sem fins lucrativos, qualificado como Organização Social através do Decreto nº 26.296, de 08 de janeiro de 2004, com sede na BR 101 Sul, KM 70, Centro Administrativo, Curado, Recife-PE, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 06.035.073/0001-03, neste ato representada por seus Diretores Presidente e de Administração e Finanças, respectivamente, ROMERO FITTIPALDI PONTUAL, brasileiro, avicultor, inscrito no CPF/MF nº 145.671.561-04, residente nesta cidade e GETÚLIO DE SÁ GONDIM, brasileiro, casado, economista/contador, inscrito no CPF sob o nº 036.150.734-87, residente e domiciliado na cidade do Recife/PE, doravante simplesmente denominado CEASA/PE/OS, resolvem firmar o 1º Termo Aditivo ao Contrato de Gestão firmado em 1º.01.2008, que será regido pelo disposto no inciso XXI, do artigo 37, da Constituição Federal, nos artigos 10 e 71 da Lei Federal nº 8.666/93 e alterações posteriores, na Lei Estadual nº 7.741/78 e alterações, na Lei Estadual nº 11.743/2000 e alterações posteriores, no Decreto Estadual nº 23.046/2001, e na Lei nº 11.292/95, bem como pelas cláusulas e condições a seguir:

#### **CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO E DAS FINALIDADES**

O presente Termo Aditivo tem por objeto ampliar e especificar as atividades a serem desenvolvidas pela CEASA-PE/OS, oriundas das Secretarias de Educação do Estado de Pernambuco, conforme já previsto no item IV,V,VI, da cláusula segunda, do instrumento primitivo, além de acrescer os recursos financeiros, metas, indicadores de desempenhos específicos e contrapartidas em serviços, nos seguintes termos:

---

**Subcláusula Primeira** – A CEASA-PE/OS., por este instrumento, compromete-se a realizar a prestação de serviços de organização, planejamento nutricional, aquisição/ armazenamento/ conservação/ distribuição/ entrega parcelada de gêneros alimentícios, e demais ações logísticas, necessárias, para atender as metas do Programa da Merenda Escolar, às unidades educacionais da rede pública estadual de ensino elencadas pela SEE.

**Subcláusula Segunda** – A CEASA-PE/OS., por este instrumento compromete-se a prestar todo o suporte executivo à Secretaria de Educação do Estado de Pernambuco – SEE, na gestão operacional do Programa Merenda Escolar, às unidades públicas e estaduais de ensino, inclusive o fornecimento regular de gêneros alimentícios às escolas pré-definidas pela SEE, no sentido de atender aos alunos matriculados e que serão beneficiados por esse Programa em especial nas respectivas escolas.

**Subcláusula Terceira** – Na consecução da finalidade assinada, visa o presente instrumento especificar as ações a serem desenvolvidas para atingir os objetivos, metas e indicadores de desempenhos a serem alcançados pela CEASA-PE/OS, bem como definir as obrigações e responsabilidades das partes e estabelecendo as condições para sua execução e os critérios de avaliação e indicadores de desempenho.

---

**Subcláusula Quarta** – Executar, fomentar e desenvolver em conjunto com a SEE, o Programa de Merenda Escolar a rede pública estadual de ensino, nas escolas previamente elencadas pela SEE, para tal ação, quer seja recursos do governo federal, estadual e municipal, recebendo e aplicando em sua totalidade nas ações previstas, os recursos financeiros necessários as suas execuções.

**Subcláusula Quinta** – O Plano de Ação, parte integrante deste presente instrumento (anexo único), a ser implantado pela CEASA-PE/OS, contempla um conjunto diretrizes que devem nortear, consolidar e otimizar a execução do Programa em tela, por meio de ações de incentivo a economia de base local, sem comprometer os objetivos e metas delineadas.

## **CLÁUSULA SEGUNDA – DAS METAS**

O Plano de Ação visa atender prioritariamente a gestão operacional do Programa Merenda Escolar, voltado para 517.000 alunos matriculados na rede pública estadual, no Ensino Médio e no Programa de Jovens e Adultos, em 940 escolas do Estado, compreendendo a adoção de modelo gerencial otimizado e integrado para atender com o padrão de excelência, fornecimento regular de uma merenda de alto padrão nutricional e palatabilidade aos citados alunos, contemplando inicialmente uma programação para 200 dias letivos em 2009.

**Parágrafo Único** – Para atingir a concepção das diretrizes e objetivos em referência, a CEASA-PE/OS, emvidará as seguintes metas:

I. Fornecer a merenda aos respectivos alunos, conforme cardápio elaborado e aprovado pela SEE, cumprindo com o cronograma de ação pré-definido pela respectiva Secretaria.

II. Promover o efetivo monitoramento, controle e fiscalização preventiva nas escolas contempladas por essa ação especial.

III. Promover as ações necessárias, no sentido de garantir que os alimentos utilizados nos cardápios, na respectiva merenda escolar, 75%, sejam comprovadamente procedente do Estado de Pernambuco, fomentando assim a economia de base local, inclusive os agricultores familiares.

IV. Fixar como parâmetro diferencial mínimo de qualidade, um índice de aceitabilidade por parte do público alvo, de 70%.

V. Reduzir em 50%, os índices atuais de desperdício alimentar das escolas contempladas por essa ação.

VI. Garantir a SEE, o padrão de qualidade dos gêneros alimentícios fornecidos à merenda, conforme o tipo, característica, aspecto, padrão, variedade, definidos por ocasião da publicação dos editais, onde será realizada um rígido controle junto aos fornecedores/produtores.

VII. Atender/ Averiguar, no prazo máximo de 24 horas, as reclamações e denúncias, efetivamente registradas através, do Disk Merenda (a Ser implantado), em meio eletrônico ou por outro instrumento pertinente.

### **CLÁUSULA TERCEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DA CEASA-PE/OS**

Constituir obrigação da CEASA-PE/OS, além das constantes dos artigos 66, 68, 69, 70 e 71 da Lei Nº 8.666/93, manter, durante toda execução do Contrato em compatibilidade, as condições de habilitação e qualificação exigidas neste contrato e:

I. Tomar como parâmetro alimentar referencial as Instruções Normativas do FNDE, atinentes ao Programa de Merenda Escolar.

II. Zelar pelo cumprimento das Instruções Normativas da Secretaria de Educação de Pernambuco – SEE, bem como o Plano de Ação em Anexo, atinentes a gestão dos estoques e distribuição de gêneros alimentícios, destinados as unidades educacionais da rede pública estadual de ensino.

III. Desenvolver o planejamento nutricional em conjunto com a SEE, formalização e execução dos processos para a aquisição dos gêneros alimentícios destinado ao Programa, para atender de forma eficaz as demandas das escolas elencadas, abrangendo: Controle de qualidade, monitoramento, dos procedimentos conforme legislação pertinente para a produção e fornecimento de alimentos, capacitação dos agentes envolvidos, pesquisa de satisfação, acompanhamento nutricional dos alunos, assessoramento técnico a SEE.

IV. Disponibilizar em tempo hábil, relatórios customizados que atendam as exigências das melhores práticas logísticas, em tempo real.

V. Prestar apoio técnico e logístico necessário a SEE, nas atividades objeto deste contrato.

VI. Instrumentalizar as ações necessárias, para em parceria com técnicos da SEE, exercerem atividades de apoio ao planejamento, acompanhamento e controle do programa de alimentação junto à SEE.

VII. Disponibilizar infra-estrutura administrativa necessária para o pronto atendimento das demandas operacionais do Programa de Merenda Escolar às Escolas da Rede Pública Estadual, contemplando as etapas previstas no objeto deste instrumento.

VIII. Disponibilizar local próprio ou de terceiros, dotado de infra-estrutura operacional, inclusive pessoal, e de segurança para execução do serviço de armazenagem, conservação, movimentação e entrega dos gêneros alimentícios, junto às Unidades Educacionais elencadas pela SEE, objeto deste instrumento.

IX. Disponibilizar equipe técnica especializada para recepção, armazenagem, conservação, expedição, transporte e distribuição parcelada dos gêneros alimentícios, junto as Unidades Educacionais relacionadas pela SEE.

X. Promover as ações executivas, atinentes aos processos de aquisição e distribuição dos alimentos.

XI. Executar os trabalhos necessários à consecução do objeto a que alude o Presente Termo Aditivo, inclusive, suporte técnico e administrativo, processo formal de aquisição dos gêneros alimentícios, armazenamento, transporte, logística, direto ou indiretamente, observando critérios de qualidade e prazos de validade dos produtos, bem como o planejamento pré-operativo conjunto com a SEE.

XII. Disponibilizar instrumentos que possibilitem a fiscalização e controle pela SEE, atinente a aquisição, armazenamento, conservação, padrão de qualidade, transporte, distribuição produtos alimentícios necessários a produção da merenda, inclusive as condições dos produtos, os quais deverão estar conformidade com as metas e diretrizes deste Programa especial, bem como a sistemática adotada para a confecção e distribuição da merenda.

XIII. Desenvolver gestões necessárias para realização de pesquisas junto aos segmentos envolvidos, para avaliação dos resultados do Programa, e conseqüentemente possam subsidiar às tomadas de decisão da SEE.

XIV. Proceder a análise prévia e controle documental dos processos operacionais, que irão subsidiar a gestão administrativa pela SEE.

XV. Responder por danos causados ao patrimônio da SEE ou a terceiros, decorrentes de falhas ou irregularidades na execução dos serviços.

XVI. Arcar com todos os custos trabalhistas e previdenciárias relativas a mão-de-obra empregada na execução da prestação dos serviços, objeto deste contrato, sem que isto venha a incorrer em qualquer espécie de ônus para a SEE.

XVII. Manter, durante toda execução deste contrato, as mesmas condições de habilitação e qualificação por ocasião da formalização deste instrumento.

XX. Observar, a condução dos seus trabalhos, as diretrizes do Plano de Ação (Anexo Único);

XXI. Cumprir as metas relacionadas no Plano de Ação (Anexo), contribuindo para atingir os objetivos e numerados na Cláusula Primeira, deste Termo Aditivo.

XXII. Manter e cumprir o regulamento já existente para os procedimentos de contratação de obras, serviços e compras a serem realizadas com recursos públicos, o qual observando os princípios da Lei Federal Nº 8.666/93, e alterações posteriores.

XXIII. Elaborar e submeter à aprovação da SEE, os relatórios gerenciais de atividades, na forma e prazos por esta estabelecidos;  
XXIV. Apresentar, quando requerido pelo Poder Público, relatório pertinente à execução do CONTRATO, ao término de cada exercício, ou antes, disso, a qualquer tempo entender necessário ao interesse público;

XXV. Atender os dispositivos contidos em legislação específica, e em especial o inciso III do artigo 18 do Decreto Nº 23.046/01;

XXVI. Promover em parceria com a SEE, quando necessário a capacitação do pessoal envolvido neste Programa.

XXVII. Promover, na época, local e forma, as publicações a que alude a cláusula oitava do presente instrumento, bem como que venham a ser exigidas pela legislação aplicável a espécie.

#### **CLÁUSULA QUARTA – DAS OBRIGAÇÕES DA SARA E ÓRGÃOS INTERVENIENTES:**

Nos termos estabelecidos neste Termo Aditivo, a SARA e Demais Órgãos Intervenientes, obriga-se a:

**Subcláusula Primeira** – A SARA, continuará a promover o controle e fiscalização de todas as ações desenvolvidas pela CEASA-PE/OS.

**Subcláusula Segunda** – A SAD, continuará a promover o monitoramento de todas as ações elencadas neste Termo Aditivo e Instrumento Primitivo.

**Subcláusula Terceira** – A SEFAZ, viabilizará em tempo hábil, o aporte de recursos financeiros necessários, a execução e desenvolvimento das ações necessárias.

**Subcláusula Quarta** – A ARPE, continuará a promover o controle, fiscalização e monitoramento das ações da CEASA-PE/OS, inclusive da performance dos indicadores de desempenho.

**Subcláusula Quinta** – A PERPART continuará as mesmas prerrogativas do Instrumento primitivo.

**Subcláusula Sexta** – A SEE, envidará as gestões administrativas e financeiras necessárias, no sentido de:

I. Cumprir e fazer cumprir o presente termo Aditivo em todos os seus termos e anexos, nas ações sob sua responsabilidade.

II. Fiscalizar o cumprimento do presente Termo, nos termos previstos na cláusula sexta;

III. Respaldar de forma executiva, administrativa e financeira as ações previstas neste Programa, a serem realizadas pela CEASA-PE/OS.

IV. Repassar em tempo hábil os recursos financeiros à CEASA-PE/OS, para respaldar a execução das metas previstas.

V. Publicar, no prazo de lei, o presente instrumento, na íntegra, do Diário Oficial do Estado, e, em extrato, em dois jornais de grande circulação.

#### **CLÁUSULA QUINTA – DOS PLANOS E DOS RECURSOS FINANCEIROS E CRONOGRAMA DE LIBERAÇÃO**

Para o atendimento do item 01 da subcláusula Primeira, ou seja a 1ª Etapa, o Estado de Pernambuco, aloca a CEASA-PE/OS, recursos financeiros no valor R\$ 35.000.000,00 (trinta e cinco milhões de reais), estes oriundos de recursos do Tesouro Estadual, os quais serão repassados em 04 parcelas.

Fonte 0101 Item do gasto 33.50.41-13

**Parágrafo Único** – Os recursos financeiros em referência serão repassados à CEASA-PE/OS, em quatro parcelas, conforme cronograma em seqüência:

● 1ª Parcela Dezembro/2008 = R\$ 10.000.000,00 (Dez milhões de reais)

● 2ª Parcela Fevereiro/2009 = R\$ 10.000.000,00 (Dez milhões de reais)

● 3ª Parcela Maio/2008 = R\$ 10.000.000,00 (Dez milhões de reais)

● 4ª Parcela Julho/2009 = R\$ 5.000.000,00 (Cinco milhões de reais)

## **CLÁUSULA SEXTA – DO CONTROLE E MONITORAMENTO DOS INDICADORES DE DESEMPENHOS**

Para mensuração do desempenho das atividades previstas no Plano de Ação (anexo), bem como outras que poderão ser agregadas, a CEASA-PE/OS adotará dois critérios de avaliação gerencial por resultados, sendo um indicador operacional de cumprimento das metas físicas, onde fique demonstrado o alcance de um percentual mínimo realizado em função da meta global e outro indicador de desempenho que demonstre de forma pontual os aspectos gerais de satisfação durante a execução do Plano de Ação, conforme as *alíneas "a e b"* abaixo:

### **I . Comprimento das Metas Previstas na Secretaria da Educação – CMP/SEE**

Cumprimento mínimo de 80% das metas previstas, no Plano de Ação (anexo), e ratificado no Parágrafo Único da Cláusula Segunda, sendo tal avaliação mínima anual ou conforme cronograma de execução previsto na proposta. A referida mensuração dar-se-á pelo cotejo entre o previsto e o realizado.

### **II . Nível de Aceitação do Cliente Externo na Secretaria de Educação – NACE/SEE**

Neste índice, será avaliado o nível de aceitação das ações desenvolvidas junto ao cliente externo, entenda-se, como cliente externo, o público final beneficiado pela ação. O referencial indicativo, de cumprimento do citado indicador, será índice de reprovação igual ou não superior a 30%. A mensuração da performance do referido índice será anual ou ao final de cada ação.

### **Parágrafo Primeiro – INSERÇÃO NO PLANO DE AÇÃO**

Os referidos indicadores deverão também fazer parte do Plano Estratégico de Ação da CEASA-PE/OS, para o período de 2008/dezembro 2009, e o Plano de Ação específico para atender o objeto deste termo Aditivo, o qual também passa a fazer parte integrante, como anexo do Contrato de Gestão da CEASA-PE/OS com o Governo do Estado de Pernambuco.

### **Parágrafo Terceiro – DA RELAÇÃO INTEGRAL DOS INDICADORES DE DESEMPENHO DA CEASA-PE/OS**

Com o advento dos referidos índices, performance da CEASA-PE/OS, passa a ser avaliada por 12 índices, assim descritos:

. IPCF	Participação dos Custos Fixos na Receita
. ILC	Liquidez Corrente
. IOAD	Ocupação da Área Comercial Disponível na CEASA-PE.
. IRLA	Resultado Líquido Aplicável
. IPCP	Participação do Custo Pessoal na Receita
. IECTC	Eficiência na Cobrança das Tarifas na CEASA-PE (Taxa de Inadimplência)
. ICVC	Custo Total pelo Volume Comercializado na CEASA-PE
. IIEC	Insatisfação do Cliente Externo da CEASA-PE
. ISCIC	Satisfação do Cliente Interno da CEASA-PE
. IOS	Imagem da Organização Perante a Sociedade
<b>Indicadores Específicos Para as Ações da SEE</b>	
. CMP/SEE	Cumprimento das Metas Previstas na Secretaria da Educação – CMP/SEE
. NACE/SEE	Nível de Aceitação do Cliente Externo na Secretaria de Educação – NACE/SEE

#### **CLÁUSULA SÉTIMA – DA PUBLICIDADE**

O presente instrumento será publicado no prazo previsto na legislação em vigor, pela SARA, em forma de extrato, no Diário Oficial do Estado de Pernambuco.

#### **CLÁUSULA OITAVA – DA FISCALIZAÇÃO, ACOMPANHAMENTO E DA AVALIAÇÃO DE RESULTADOS**

No âmbito deste termo Aditivo e do Instrumento Primitivo, A SARA e demais Entidades Intervinentes, serão responsáveis pela

fiscalização de sua execução, cabendo-lhes, ainda, a supervisão, acompanhamento e avaliação do desempenho da CEASA-PE/OS, de acordo com os objetivos, metas e indicadores de desempenho, e responsabilidades institucional, conforme Cláusula Quarta desde Aditivo.

**Subcláusula Primeira** – A CEASA-PE/OS, SEE e SAD, indicarão profissionais de seus respectivos quadros de pessoal para o gerenciamento do presente contrato.

#### **CLÁUSULA NONA – DO ACESSO À ESTRUTURA DO PE-MULTIDIGITAL**

Acordam ainda as partes, em incluir no rol dos bens e serviços cedidos à CEASA-PE/OS, o acesso à estrutura do PE-Multidigital, com todos os seus benefícios, condicionando a CEASA-PE/OS a manter-se nos índices aceitáveis de cumprimento de todas as metas assumidas neste termo e no instrumento primitivo.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA – DA PRESTAÇÃO DE CONTAS**

A CEASA-PE/OS elaborará e apresentará à SEE relatórios circunstanciados, mensais, semestrais e anuais de execução do Contrato, comparando os resultados alcançados com as metas previstas, em consonância com o Plano de Ação, acompanhado de demonstrativo da aplicação dos recursos financeiros, da avaliação do desenvolvimento do CONTRATO, das análises gerenciais cabíveis e de parecer técnico conclusivo sobre o período em questão.

Subcláusula Primeira – A SEE, ARPE demais secretarias intervenientes neste instrumento, poderão exigir, ainda, a qualquer tempo, à CEASA-PE/OS informações complementares e a apresentação de detalhamento de tópicos e informações constantes dos relatórios.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS PENALIDADES**

Pela infringência a quaisquer das cláusulas aqui ajustadas, o Governo do estado, através da SARA e demais Órgãos Intervenientes, garantida a prévia defesa, em processo administrativo específico para esse fim, aplicará a CEASA-PE/OS, se for o caso, as prerrogativas da Lei 8.666/93 e alterações posteriores, bem, como as constantes na lei 11.743/200 em seu artigo 15.

E, por estarem, assim, justas e acordadas, as partes contratantes e intervenientes, mandam imprimir o presente Contrato em seis vias de igual teor e forma, que após lido e achado conforme, rubricam e assinam, ficando o verso em branco, justamente com as testemunhas ao final identificadas para que produza seus efeitos legais e jurídicos.

E, para firmeza e como prova de assim justos e contratados estarem, assinam as partes e as intervenientes o presente instrumento, em 07 (sete) vias de igual teor, na presença de 02 (duas) testemunhas que a tudo assistiram e tiveram conhecimento.

Recife, 24 de dezembro de 2008.

#### **PARTES:**

**ROMERO FITTIPALDI PONTUAL**                      **GETÚLIO DE SÁ GONDIM**  
Diretor Presidente da CEASA/PE/OS              Dir. de Adm. e Finanças/CEASA-PE/OS

**ÂNGELO RAFAEL FERREIRA DOS SANTOS**  
Secretário de Agricultura e Reforma Agrária

#### **INTERVENIENTES:**

**DANILO JORGE DE BARROS CABRAL**              **DJALMO DE OLIVEIRA LEÃO**  
Secretário de Educação                              Secretário da Fazenda

**PAULO HENRIQUE SARAVA CÂMARA**              **RANILSON BRANDÃO RAMOS**  
Secretário de Administração                      Presidente da ARPE

**SEBASTIÃO PEREIRA LIMA FILHO**  
Presidente da PERPART

(F)